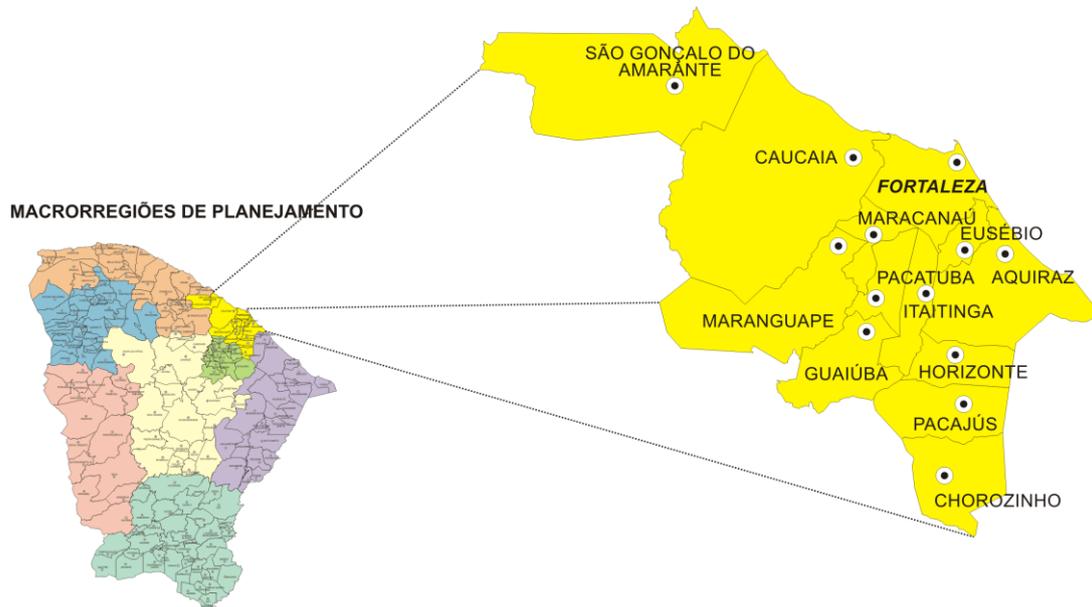


PERFIL DA MACRORREGIÃO RMF



Fonte: IPECE

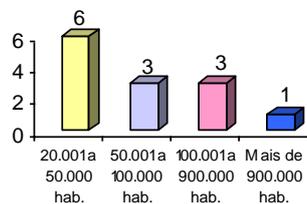
Caracterização

A Região Metropolitana de Fortaleza é composta de 13 municípios, ocupando uma área de 4.872,7 km² ou 3,3 % do território cearense.

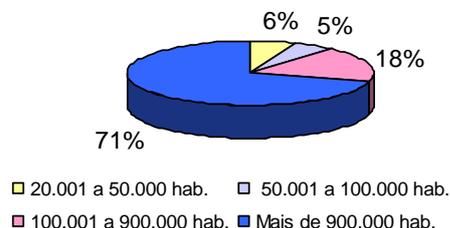
Segundo estimativas do IBGE, a população regional para 2006 era de 3.415.455 habitantes, representando 41,6% da população estadual. Desse contingente, 96,8% reside na área urbana e apenas 3,2% na área rural. Essa taxa de urbanização vem se mantendo elevada nos últimos anos, uma vez que em 1991 era igual a 96,0%.

Com relação à distribuição espacial da população metropolitana, verifica-se uma grande concentração demográfica já que apenas quatro dos treze municípios (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Maranguape) concentram 88,6% da população. Todos eles têm uma população superior a 100 mil habitantes. Os municípios de pequeno e médio porte abrigam os restantes 11,4% da população regional.

Classificação do número de municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, segundo o porte - 2006



Classificação da população dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, segundo o porte - 2006



Fonte: IBGE

A densidade demográfica mais elevada se verifica em Fortaleza, onde são 7.718,3 habitantes por km² seguindo-se o município de Maracanaú, com 1.858,4 habitantes por km². Os demais apresentam densidade abaixo da média metropolitana (700 habitantes por km²).

A taxa média de crescimento anual da população dos municípios da RMF indica quadro peculiar. Fortaleza registra queda passando de 4,3% no período de 1970-1980 para 2,1% no período 1991-2000, apresentando uma taxa abaixo da média da RMF (2,4%) e dos municípios de Horizonte (7,1%), Eusébio (4,9%), Caucaia (4,7%), Pacajus (3,7%) e Aquiraz (3,0%) e na frequência aproximada dos municípios de Aquiraz e São Gonçalo do Amarante. Fortaleza encontra-se somente à frente de Chorozinho, Maracanaú, Guaiúba e Pacatuba.

O maior crescimento populacional de municípios que não a capital pode estar associado a alguns processos como a política de localização das indústrias na RMF, com benefícios fiscais para municípios como Horizonte e Eusébio; a valorização dos espaços litorâneos, suscitando urbanização associada ao veraneio e ao turismo; e, mais recentemente, à transformação de residências de veraneio marítimo em residências principais, a exemplo do ocorrido em Aquiraz, Caucaia e Eusébio.

Em termos de faixa etária, verifica-se que a população da RMF tem um perfil bastante jovem e em idade produtiva, com uma participação média do grupo com idade de 0 a 14 anos na ordem de 31,1% e do grupo com idade de 15 a 24 anos na ordem de 20,9% totalizando 52,0% da população total. O grupo de adultos com idade variando

de 25 a 64 anos totalizavam 43,1% do total e o de idosos com idade superior a 65 anos, têm menor participação na estrutura total da população com 4,9%.

A dimensão da economia da região, observada pelo Produto Interno Bruto Regional, em 2004, situou-se em torno de R\$ 21.404.752 mil, equivalente a 64,4% do PIB estadual. Sua estrutura setorial mostra que o setor de serviços foi o de maior peso dentro da economia da região, 56,9% seguido do setor indústria (42,2%) e agropecuário (0,9%). O PIB *per capita* médio da região era igual a R\$ 6.518,00, maior que o valor médio do Estado, R\$ 4.170,00.

Embora o processo de industrialização caminhe para a criação de pólos industriais no interior do Estado, a RMF ainda concentra boa parte das empresas industriais. Segundo pesquisa do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAI), em 2005, os 13 municípios que compõem a RMF foram responsáveis pela geração de 62.941 empregos industriais formais, o que representa 74,2% do total do Estado.

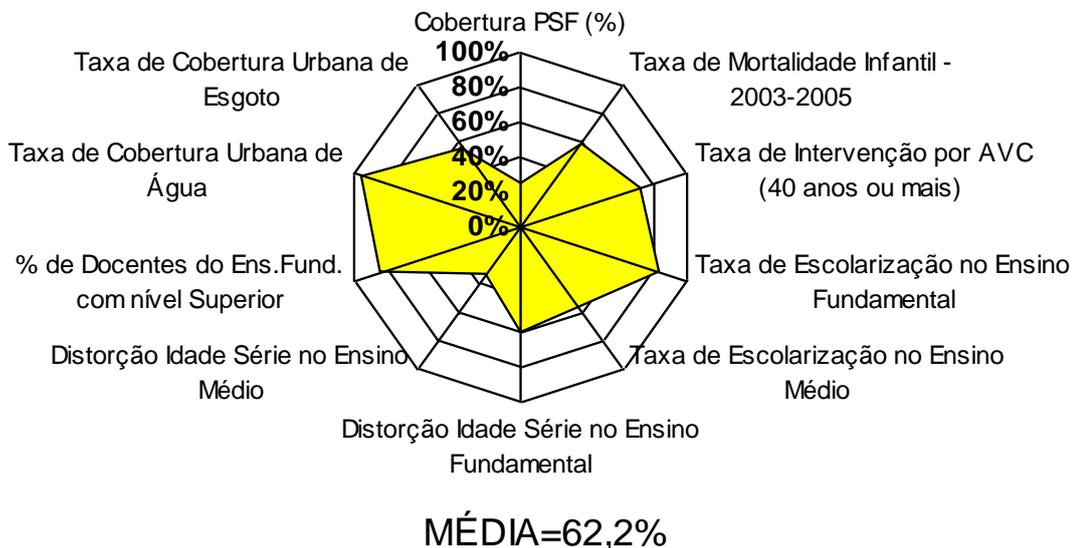
2. Indicadores Sociais de Referencia

O desenvolvimento social da Região Metropolitana de Fortaleza foi analisado tomando-se como base alguns indicadores sociais das áreas de saúde, educação e saneamento básico. A posição atual desses indicadores pode ser visualizada pela Teia de Indicadores, composta de um gráfico polar com valores variando de 0% a 100%, sendo o melhor valor igual a 100%, o qual será considerado com o valor de referência em todos os casos analisados.

Para a Região Metropolitana de Fortaleza, a “Teia de Indicadores” apresenta a seguinte configuração:

Percentual de indicadores selecionados com relação a valores de referência (1)

REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - 2006



Fonte: SEPLAG

(1) **Percentual de indicadores selecionados com relação a valores de referência**

Foi considerado valor de referência para cada indicador selecionado o valor relativo ao município com melhor desempenho.

No comparativo dos indicadores referenciados na Teia de Indicadores, a RMF apresentou média igual a 62,2%, melhor que a do Estado e ocupando o 2º lugar em relação às demais macrorregiões de planejamento do Estado.

Analisando-se os indicadores de saúde da região, para 2006, quando comparado à media estadual, a região mostra um bom desempenho, com destaque para a taxa de mortalidade infantil de 19,7 por mil nascidos vivos, menor que a média estadual: 21,4‰, (para garantir confiabilidade estatística, calculou-se a média da taxa de mortalidade infantil com dados de 2003 2005) e a taxa de internação por AVC 25,7% (média estadual: 29,2%). A cobertura do PSF de 25,9% encontra-se abaixo bem da média estadual (60,3%). Observando-se a taxa de cobertura do PSF nos municípios da região contata-se que somente Eusébio (57,5%) e Fortaleza (1,4%) estão com cobertura inferior à média do Estado. Como Fortaleza responde por 70,6% da população da RMF, tem-se como consequência essa baixa cobertura regional.

Quanto às taxas de cobertura urbana de água e esgoto da RMF, 94,5% e 53,5%, respectivamente, constata-se que estas encontram-se em melhor posição que as do Estado, (91,6% e 37,1%).

No âmbito da educação, os indicadores mostram que o setor ainda se encontra em pior posição que a média estadual no que diz respeito à taxa de escolarização do ensino fundamental, atingindo 82,9% (média estadual 85,0%) e à taxa de distorção idade-série no ensino médio com percentual de jovens com atraso escolar da ordem de 51,3% quando a média estadual foi um pouco menor (50,4%). Bom desempenho se verifica para a taxa de escolarização do ensino médio em 2006 que atingiu 41,0% (média estadual: (37,4%), a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental com 21,2% (média estadual: 24,0%) e o percentual de docentes do ensino fundamental com grau de formação superior tendo percentual igual a 82,8% % (média estadual: 71,7%).

Temas Críticos da Região - O Olhar Participativo da Comunidade

Por ocasião das oficinas regionais participativas, para elaboração do Plano Plurianual Participativo 2008/2011, foram colhidos dados sobre a situação atual da região (temas críticos evidenciados pelas potencialidades regionais e principais problema) a saber:

- Ineficiência da educação pública, apresentando uma dicotomia em relação à escola privada - baixa qualidade no ensino e dificuldade de aprendizagem dos estudantes
- Dificuldades de acesso de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos à educação infantil.
- Evasão escolar
- Precariedade do transporte escolar no ensino fundamental e médio.
- Déficit de escolas (demanda de escolas).
- Falta de acessibilidade para inclusão de crianças e adolescentes pela inadequação das estruturas nas escolas.
- Carência de recursos/financiamento para melhoria das estruturas das escolas profissionalizantes.
- Desvalorização da remuneração / salário dos profissionais da educação
- Falta de compromisso de alguns profissionais com a educação pública.
- Falta de incentivo / motivação das famílias sobre a importância da educação.

- Alto índice de violência nas escolas.
- A oferta de educação profissionalizante é insuficiente para atender à demanda.
- Inadequação da oferta em relação às vocações e potencialidades regionais
- Dificuldade do aluno de baixa renda concluir o ensino básico e/ou curso profissionalizante e de ingressar na universidade pública
- Desarticulação entre educação básica e a educação profissional.
- Falta de incentivo e investimento à pesquisa e extensão
- Centralização da oferta do ensino superior da capital
- Falta de instituição gestora de inovação tecnológica para o agronegócio/agricultura familiar
- Desarticulação entre os municípios da RMF na construção de uma Agenda Turística, Cultural e Esportiva
- Inexistência de um Centro de eventos compatível com a realidade atual do Estado
- Desestruturação das principais equipamentos turísticos da RMF
- Carência de mão-de-obra qualificada para o turismo, cultura e esporte
- Inoperância do sistema de segurança
- Deficiência no combate à rede de prostituição infanto-juvenil
- Ausência de escola de formação que atenda todas as leituras culturais.
- Subutilização dos equipamentos culturais da RMF.
- Ausência de incentivo e de infra-estrutura física para práticas de esportes radicais de aventura, artes marciais em áreas públicas
- Reduzido apoio financeiro às entidades e ligas que desenvolvem práticas esportivas.
- Tráfico de mulheres e turismo sexual - violência contra a mulher
- Ausência de política de geração de emprego e renda para as mulheres
- Falta de uma política de promoção da igualdade étnico-racial
- Desconhecimento e falta de divulgação do estatuto do idoso
- Morosidade do Ministério Público em atender denúncias de violência ao idoso
- Políticas integradas para pessoas com deficiência insuficientes(falta de acesso aos serviços públicos (Educação, saúde, trabalho, transporte,))
- Não há uma política estruturada de cultura, esporte e lazer para juventude.
- Ausência de política permanente de inserção no mercado do jovem.
- Difícil acesso dos jovens da escola pública ao ensino superior

- Falta uma política de atendimento às crianças e adolescentes drogaditos, principalmente pela ausência de unidades de atendimento especializadas aos usuários e seus núcleos familiares
- Inexistência de uma política efetiva de prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, em especial nas áreas turísticas, e de grandes empreendimentos, principalmente no complexo portuário e Industrial do Pecém
- Existência de vários problemas sociais decorrentes da instalação do complexo portuário e industrial do Pecém, como: alcoolismo, insegurança, prostituição, etc.
- Insuficiência na política de saúde relativa à saúde sexual e reprodutiva, planejamento familiar, gravidez precoce, combate à DST/AIDS.
- Baixa efetividade da política de erradicação do trabalho infantil
- Ausência de uma política efetiva de atenção a jovens em regime sócio-educativas
- Distorção comportamental de alguns policiais(violência)
- Fragilidade nos Conselhos de Direitos
- Inexistência de delegacias especializadas
- Não priorização da criança e do adolescente no orçamento público
- Insuficiência do efetivo policial
- Pouco acesso à justiça
- Falta de defensores públicos por comarca
- Falta de juizados especiais de violência contra a mulher e crianças e adolescentes
- Inexistência de campanhas educativas na área de segurança e justiça
- Ineficiência no combate à prostituição infantil
- Inexistência de quadros multidisciplinares na área da segurança pública/defensoria.
- Falta de infra-estrutura/ equipamentos na área de segurança e justiça
- Insuficiência de apoio ao egresso e presidiário
- Superlotação do IJF e HGF
- Insatisfação no atendimento do Programa Saúde da Família
- Faltam centros de apoio aos portadores de DST e AIDS na RMF
- Não existe equipe multidisciplinar no PSF
- Dificuldade de atendimento e acesso para as pessoas com deficiências
- Carência de profissionais de saúde

- Falta de saneamento básico e ambiental
- Não efetividade da PPI (Pactuação Programada Integral)
- Deficiência de recursos para pacientes de hemodiálise
- Baixo trabalho educativo e de promoção da saúde ocupacional nos diversos setores produtivos.
- Falta de fiscalização em vigilância à saúde (Estado/Município).
- Falta de fiscalização dos recursos da saúde.
- Baixa inclusão das mulheres e dos jovens nos processos produtivos.
- Falta de democratização do acesso à água.
- Sistema viário deficiente para escoamento da produção.
- Deficiência e insuficiência das políticas públicas em relação à segurança alimentar e nutricional e da assistência técnica (ATER)
- Dificuldade do Acesso ao Crédito para apoiar as atividades agropecuárias
- Problemas de acesso à terra e dificuldades da regulamentação fundiária
- Deficiências nas políticas direcionadas ao fortalecimento da agropecuária e Agricultura Familiar com alocação de recursos desproporcionais em relação a agroindústria e indústria
- Problemas relacionados ao atual zoneamento agrícola e a falta de apoio a política de convivência com o semi-árido apoio a agroecologia
- Baixo nível de aproveitamento dos mananciais hídricos para atividades produtivas
- Política de incentivos fiscais e de modernização econômica desestruturadas
- Infra-estrutura de transporte precária
- Repensar Matriz energética.
- Alto déficit habitacional.
- Dificuldades de negociação dos mutuários inadimplentes junto a caixa e discrepância ao número de imóveis e terras desocupadas.
- Urbanização e regularização de assentamentos precários.
- Deficiência na fiscalização/monitoramento dos empreendimentos de impacto
- Falta de integração dos municípios na gestão dos recursos naturais e hídricos
- Poluição e ocupação inadequada do riacho Dom Lustosa
- Extração de pedras na Serra da Aratanha
- Legislação ambiental não atende às necessidades de proteção ao meio ambiente
- Dificuldade de discutir e formalizar ações metropolitanas -não existência de um Plano Diretor Metropolitano

- Deficiência das unidades de conservação e parques ecológicos
- Deficiência e falta de educação ambiental no ensino formal
- Falta de aplicação das leis de uso e ocupação do solo.
- Falta de implementação das propostas aprovadas nas conferências de meio ambiente
- Falta de política para tratamento adequado dos resíduos sólidos por parte dos municípios
- Devastação ambiental do litoral cearense por empreendimentos, principalmente: turismo, carcinicultura e especulação imobiliária
- Centralização da política ambiental nas esferas estadual e federal enfraquecimento dos sistemas municipais de meio ambiente
- Manejo inadequado das lagoas de estabilização.
- Falta de integração dos órgãos no controle da qualidade e gerenciamento da água.
- Falta de política de preservação das falésias, dunas e manguezais
- Baixo investimento na geração de energias a partir de fontes renováveis